

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO -
SANTANDER INVESTIMENTO GLOBAL**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

<u>CONTEÚDO</u>	<u>PÁGINA</u>
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	17
III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER INVESTIMENTO GLOBAL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022.....	23
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER INVESTIMENTO GLOBAL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022.....	26
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER INVESTIMENTO GLOBAL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022.....	28
VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022	30
Nota 1 – Capital do Fundo.....	31
Nota 3 – Carteira de Títulos.....	32
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	32
Nota 13 – Cobertura do risco de cotações.....	35
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados	35
Nota 15 – Custos Imputados	36
Nota 17 – Factos relevantes.....	36

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Santander Investimento Global

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A dinâmica económica, no primeiro semestre de 2022, esteve indubitavelmente afetada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro, iniciando um conflito que teve graves repercussões sobre a economia mundial, ao conduzir a uma subida pronunciada dos preços da energia e das

Crescimento Económico Mundial

	2021	2022P	2023P
Mundo	6,1	3,2	2,9
Países Avançados	5,2	2,5	1,4
EUA	5,7	2,3	1,0
UEM	5,4	2,6	1,2
Reino Unido	7,4	3,2	0,5
Japão	1,7	1,7	1,7
Países em Desenvolvimento	6,8	3,6	3,9
África	4,6	3,8	4,0
Ásia	7,3	4,6	5,0
China	8,1	3,3	4,6
Europa de Leste	6,7	-1,4	0,9
Médio Oriente	5,8	4,8	3,5
América Latina	6,9	3,0	2,0
Brasil	4,6	1,7	1,1

Fonte: FMI (julho de 2022)

matérias-primas, os quais já vinham com uma trajetória de subida desde meados de 2021.

Assim, um ano que se perspetivava de plena recuperação do choque pandémico veio a ser afetado por um segundo choque de oferta, com a consequente deterioração das condições económicas e cujos principais efeitos poderão sentir-se mais marcadamente em 2023.

O segundo choque de oferta provocado pela guerra traduziu-se numa aceleração pronunciada da inflação, que registou, no Verão de 2022, máximos de quase quatro décadas, resultando num duplo impacto: (i) uma intervenção mais musculada pelos bancos centrais, com uma subida mais rápida e mais pronunciada das taxas de juro de referência; e (ii) uma deterioração do poder de compra das famílias, com impacto sobre a sua despesa, além do agravamento dos encargos com energia e matérias-primas para as empresas.

Em resultado, assistiu-se, ao longo do segundo trimestre, a uma deterioração da confiança dos agentes económicos, acompanhada de uma revisão em baixa das projeções de crescimento, tanto para 2022, como em especial para 2023.

O Fundo Monetário Internacional, nas projeções de julho do “World Economic Outlook”, incorporou precisamente esses riscos, antecipando uma desaceleração pronunciada da atividade, em especial nas economias desenvolvidas, para 2023, com crescimento abaixo do potencial.

Os riscos estão enviesados em baixa, e associados, na Europa, a um corte total do fornecimento de gás russo a algumas economias, em especial a Alemanha.

Nos EUA, a economia contraiu já em cada um dos dois primeiros trimestres do ano, embora afetada por redução de existências e por contributos negativos das exportações líquidas. O consumo privado

manteve algum dinamismo, embora progressivamente afetado pela subida dos preços e consequente redução do poder de compra. O mercado laboral manteve-se bastante dinâmico, com criação líquida de emprego e a estabilidade da taxa de desemprego em redor de 3.5%.

A aceleração da inflação (que atingiu um máximo de 9,1% em junho) requereu uma intervenção mais rápida por parte da Reserva Federal, que iniciou o ciclo de subida de taxas em março e posteriormente acelerou o ritmo de subida, tendo em julho subido as taxas em 75pb, a maior subida desde 1994.

A zona euro é a região mais afetada pela guerra, considerando sobretudo a maior dependência energética face à Rússia, com os consequentes efeitos decorrentes da redução na oferta e da subida dos preços. Os indicadores de curto prazo começaram a evidenciar uma mais pronunciada desaceleração da atividade, em especial com riscos para o segundo semestre do ano. Contudo, o mercado laboral também permaneceu dinâmico, com a taxa de desemprego em mínimos históricos.

O Banco Central Europeu, em março, comunicou que iria iniciar a progressiva normalização da política monetária, começando pelo término do Programa de Emergência Pandémica de aquisição de ativos (PEPP), no final do primeiro trimestre, e posterior término do programa de aquisição de ativos financeiros (APP), em outubro, após o que se iniciaria a subida das taxas de juro de referência.

A mais rápida aceleração da inflação, que atingiu um máximo de 8,9% em julho (e com alguns países já com inflação nos dois dígitos), levou o BCE também a acelerar o ritmo de subida de taxas, tendo em julho subido as taxas de juro de referência em 50pb, colocando a taxa de refinanciamento em 0,5% e a taxa de depósito em 0%, assim pondo termo a um longo período de taxas de juro negativas. Em junho o BCE havia sinalizado uma subida de 25pb, mas teve de agir em função da dinâmica inflacionista e como forma de evitar a materialização de efeitos de segunda ordem.

Nos mercados emergentes, a atividade iniciou igualmente uma dinâmica de desaceleração, fruto da conjugação de vários fatores.

Por um lado, as perturbações nas cadeias de valor ainda causadas pela pandemia na China, com a aplicação de *lockdowns* em resposta a surtos de Covid-19. Na China, ainda, subsistiram problemas no mercado imobiliário, afetando o investimento.

Por outro lado, os riscos decorrentes das perturbações no fornecimento de matérias-primas alimentares, em especial cereais, na medida em que os dois países em conflito são dos principais produtores mundiais de cereais. Acrescem os efeitos da subida dos preços.

Adicionalmente, os efeitos que a subida das taxas de juro, em especial as do dólar norte-americano, têm sobre os custos de financiamento para as economias emergentes.

Como referido, no primeiro semestre de 2022, o enquadramento da política monetária sofreu uma alteração profunda, com o término do período de taxas de juro negativas, em particular na zona euro.

Nos EUA, a Reserva Federal deu primazia ao objetivo de estabilidade dos preços, em detrimento da atividade económica, mantendo uma orientação de subida de taxas de juro, apesar dos riscos negativos para a atividade económica.

Na zona euro, o BCE, depois da antecipação das subidas em julho, continuou a sinalizar a necessidade de subida das taxas de juro de referência, mas a decisão estará dependente da informação disponível à data de cada reunião.

Em resultado, as taxas de juro de curto prazo de mercado atingiram níveis não observados desde há vários anos. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses aproximou-se dos 3%, o que não ocorria desde antes da Grande Crise Financeira (GFC), de 2008.

Na zona euro, a taxa Euribor 3 meses aproximou-se, em agosto, dos 0.5%, o nível mais elevado desde 2011 e que terminou efetivamente o período de taxas de juro negativas que vigorou desde 2015.

A aceleração da inflação e a intervenção dos bancos centrais influenciou, também, a dinâmica das taxas de juro de longo prazo, num movimento que se caracterizou inclusive por alguma volatilidade.

Nos EUA, a yield a 10 anos ultrapassou os 3%, e a curva de rendimentos inverteu entre os 10 anos e os 2 anos, o que não ocorria desde antes da GFC. Uma inversão da curva de rendimentos é tradicionalmente identificada como indicador avançado de um posterior período recessivo.

Na zona euro, as yields também subiram, em resultado da aceleração da inflação e do término dos programas de aquisição de ativos. Contudo, a dinâmica foi diferenciada entre países, com uma subida mais pronunciada para os países periféricos, em especial Itália.

Para assegurar a normal transmissão da política monetária, em julho, o BCE anunciou a criação do “Instrumento de Proteção da Transmissão”, que será utilizado em casos onde movimentos indesejados e desordenados dos mercados possam colocar em causa a transmissão da política monetária na zona euro. A decisão de utilização cabe ao BCE, sendo que os países alvo da intervenção devem cumprir um conjunto de critérios, relacionados com a não existência de um procedimento de défices excessivos, a ausência de desequilíbrios macroeconómicos e a sustentabilidade das contas públicas.

Economia Portuguesa

Em Portugal, a atividade económica revelou um maior dinamismo no início do ano, em parte fruto de efeitos de base relacionados com as vagas pandémicas (em 2021, no primeiro trimestre tinha havido um novo confinamento geral). Contudo, nos três primeiros meses de 2022, assistiu-se a um

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2022

crescimento em cadeia generalizado, o que (i) permitiu que a economia quase recuperasse os níveis pré-pandemia e (ii) deixava perspetivas favoráveis para o crescimento no conjunto do ano de 2022.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022P	2023P
PIB	4,9	6,9	1,0
Consumo Privado	4,5	4,8	-0,6
Consumo Público	4,1	2,7	3,3
Investimento	7,9	-1,1	0,7
Exportações	13,1	20,5	2,9
Importações	13,1	11,4	1,5
Inflação média	1,3	7,5	3,7
Desemprego	6,6	6,4	6,7
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,8	-1,5	-0,9
Dívida pública (% do PIB)	127,4	118,2	115,6
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,7	0,3	0,5

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdPe Estudos Santander Portugal

O cenário de guerra e a subida dos preços da energia e das matérias-primas vieram alterar o enquadramento, tendo a atividade já contraído marginalmente no segundo trimestre (-0,2%), embora com um crescimento de 6,9% face ao mesmo período do ano passado.

Esta desaceleração homóloga foi explicada por um menor contributo do consumo privado e investimento, que terão começado a sofrer os efeitos das subidas de preços.

Já a procura externa teve um contributo positivo para o crescimento, fruto em grande medida da recuperação da atividade turística, que, em algumas regiões, recuperou, ou mesmo ultrapassou, o volume de turistas observado antes da pandemia, em especial em termos de não residentes.

Esta recuperação deverá ser um fator marcante, em particular durante os meses, de verão, contribuindo para mitigar os efeitos adversos da guerra em curso na Ucrânia.

Em julho, a inflação acelerou para 9,1%, um máximo desde 1992, o que coloca pressão sobre os orçamentos familiares, fator ao qual acresce o impacto da subida das taxas de juro, em especial no crédito à habitação.

Contudo, as famílias beneficiam de uma situação de pleno emprego, com a taxa de desemprego a situar-se em 5,7%, no final do segundo trimestre. Adicionalmente, ainda dispõem da poupança acumulada durante o período da pandemia, com o volume de depósitos das famílias em níveis máximos. A taxa de poupança retrocedeu face aos máximos de 2021, mas permanecia ainda em 8,3% no final do primeiro trimestre.

A conjuntura económica, no decurso do 2.º trimestre de 2022, caracterizou-se por uma diminuição do indicador de clima económico, decorrente de uma queda expressiva da confiança no setor de Construção e Obras Públicas, apesar da subida nos setores da Indústria Transformadora e de Comércio e Serviços.

Na Indústria Transformadora, a melhoria de confiança ao longo deste período deveu-se ao contributo positivo das perspetivas de produção, mitigando os impactos negativos relativos à evolução da procura interna e externa. No setor da Construção, a forte queda da confiança deveu-se ao contributo negativo da carteira de encomendas e das perspetivas de emprego. No Comércio, o aumento da confiança resultou da melhoria relativa ao volume de vendas e das perspetivas de atividade da empresa,

mitigado pela deterioração das apreciações sobre o volume de stocks. Nos Serviços, o aumento da confiança deveu-se à apreciação positiva relativa à atividade da empresa, que mais do que compensou o contributo negativo sobre a evolução da carteira de encomendas e perspetivas de evolução da procura.

O endividamento do setor privado não financeiro reduziu-se para 197% do PIB (-6pp face ao 1T21), no primeiro trimestre, fruto da redução quer do endividamento das empresas (em 4pp, para 129%) e das famílias (em 2pp, para 68% do PIB).

A dívida pública também se reduziu, neste período, em 9pp, para 126.7% do PIB.

Apesar da maior complexidade do contexto macroeconómico, a expansão da atividade, juntamente com a subida dos preços, refletiu-se num maior crescimento da receita fiscal. Assim, a junho, o saldo das Administrações Públicas, na ótica da contabilidade pública, traduziu-se num excedente 1,1 mil milhões de euros, destacando, por um lado, o crescimento da receita (+20%) e a redução da despesa em 1.7%.

Como referido anteriormente, a dinâmica das taxas de juro de financiamento da República refletiu as dinâmicas de mercado e a atuação do Banco Central Europeu. A yield dos 10 anos subiu até 2,3%, um acréscimo de 182pb face ao valor de final de 2021.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (positivo), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB high (positivo).

Política de investimento

O fundo *Santander GO Dynamic Bond* (Fundo Master deste OIC) teve um retorno de -8,13% em USD bruto de comissões (-8,35% líquido de comissões da PIMCO) durante o primeiro semestre do ano.

Este foi um semestre extremamente complicado para os ativos de risco em geral, e o fundo *Santander GO Dynamic Bond* não ficou imune a este ambiente desafiador. O desempenho negativo foi impulsionado pelo amplo *sell-off* do mercado, onde as expectativas das *yields* aumentaram e a *duration* foi o principal detrator do desempenho.

No entanto, é importante notar que o fundo tem superado os principais índices dos mercados obrigacionistas, como o Global Agg (-9,06%), US Agg (-10,35%), Global IG (-12,83%) e o Global HY (-13,52%).

A contribuir positivamente para o desempenho do fundo, esteve a exposição longa a moedas de mercados emergentes, uma vez que valorizaram em relação ao dólar, a exposição curta a *duration* do

Reino Unido, devido ao aumento das *Yields*, e a exposição curta ao euro, uma vez que este desvalorizou em relação ao dólar norte-americano.

Os principais detratores do desempenho do fundo, foram a exposição longa à *duration* dos EUA e de Itália, à medida que as *Yields* aumentaram, as posições de *investment grade* e crédito corporativo *high yield*, devido ao aumento dos *spreads*, e as posições em obrigações hipotecárias.

Em termos de *Outlook*, o foco principal está na preservação de capital, mantendo altos níveis de liquidez, e gerando um retorno adicional através de posições de *carry* e *relative value*. Em termos de *duration*, será mantida uma postura moderada com foco no posicionamento em *relative value*. No que respeita à componente de *spread*, a gestão procura aproveitar valor de um conjunto diversificado de setores. E por último, em termos de mercado monetário, a gestão procura manter níveis moderados face ao ambiente de elevada volatilidade.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos 10 anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2012	735 673	13,0368
2013	654 794	13,3305
2014	2 782 166	13,9907
2015	3 416 135	14,2290
2016	3 408 507	14,2559
2017	3 395 125	14,2275
2018	3 091 379	14,1405
2019	2 666 498	14,1246
2020	2 092 894	14,0587
2021	2 907 775	13,7989

Em 30 de junho de 2022, o valor líquido global do Fundo ascendia a 33 840 956,42 euros, repartidos por 2 708 952 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 12,4923 euros.

Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

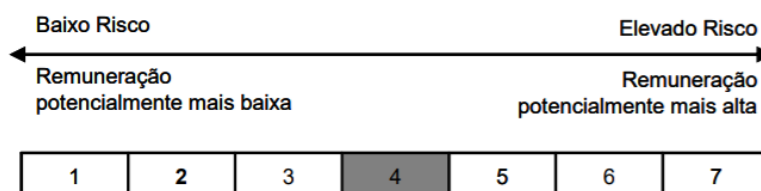
Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2010	2,03%	3,59%	2
2011	6,77%	1,95%	2
2012	3,42%	1,03%	1
2013	2,27%	1,65%	2
2014	4,95%	1,62%	2
2015	1,71%	2,07%	3
2016	0,19%	1,23%	2
2017	-0,20%	1,54%	2
2018	-0,61%	1,41%	2
2019	-0,12%	0,43%	2
2020	-0,47%	0,83%	2
2021	-1,85%	6,00%	4

Fonte APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2022, a rendibilidade do fundo é de -10,80% e a classe de risco é de 4 (dados referentes aos últimos 12 meses).

Notas:

- A 25 de janeiro de 2021 o Fundo passou a assumir a natureza de OICVM aberto de tipo alimentação (“Fundo Feeder”);
- As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- A partir de 1 de julho de 2020, o Fundo deixou de cobrar comissões de subscrição e de resgate aos participantes;
- O fundo passou a suportar comissões de manutenção de saldos de conta desde o mês de agosto de 2020;
- A 25 de janeiro de 2021 o Fundo passou a assumir a natureza de OICVM aberto de tipo alimentação ("Fundo Feeder"), a partir desta data foram alteradas as comissões de gestão e depósito: a comissão de gestão passou de 0,50% para 0,58%; e a comissão de depósito passou de 0,035% para 0,01%.

Custos e Proveitos

Descritivo	2022-06-30	2021-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	0	41 799	-41 799	-100%
Rendimento de Títulos	0	0	0	0%
Ganhos em Operações Financeiras	112 479	874 433	-761 955	-87%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	0	0	0	0%
Total	112 479	916 232	-803 754	-88%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	0	1 320	-1 320	-100%
Comissões e Taxas	111 000	109 468	1 531	1%
Comissão de gestão	104 681	101 963	2 718	3%
Comissão de depósito	1 805	2 215	-410	-19%
Outras comissões e taxas	4 514	5 291	-777	-15%
Perdas em Operações Financeiras	3 584 715	926 783	2 657 932	287%
Impostos	13 312	13 431	-119	-1%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	613	615	-2	0%
Total	3 709 639	1 051 617	2 658 022	253%
Resultado do Fundo	-3 597 161	-135 385	-3 461 776	2557%

Demonstração do Património

Descritivo	2022-06-30	2021-12-31
Valores mobiliários	33 192 409	39 019 007
Saldo bancários	982 068	953 075
Outros ativos	0	181 005
Total dos ativos	34 174 478	40 153 086
Passivo	333 521	29 040
Valor Líquido do OIC	33 840 957	40 124 047

Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2022		31.12.2021	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	33 192 409	97,13%	39 019 007	97,18%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	33 192 409	97,13%	39 019 007	97,18%
<i>Unidades de participação/ações de OIC que não OII</i>	33 192 409	97,13%	39 019 007	97,18%
Total do ativo	34 174 478	97,13%	40 153 086	97,18%

Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1. VALORES MOBILIÁRIOS

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

- 1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.
- 2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

- 3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

3. INSTRUMENTOS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e

3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

- 1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora;
- 2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. CÂMBIOS

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

Erros de valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2022 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

Factos Relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções levantadas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos primeiros seis meses do corrente ano, a

Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 150 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu sinalizou a sua intenção de eliminar a taxa de depósito negativa.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se num dos semestres mais difíceis de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. Apenas os ativos de matérias primas, ausente da maioria das políticas de investimento dos produtos geridos, permitiu aos investidores realizar ganhos até ao fim de junho de 2022.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (30 de junho de 2022) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 29 de agosto de 2022

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Investimento Global** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 34 174 478 euros e um total de capital do Fundo de 33 840 957 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3 597 161 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Investimento Global**, em 30 de junho de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização e informação do fundo master (carteira)	
<p>Dado tratar-se de um fundo do tipo alimentação (<i>feeder</i>), previsto no artigo 179º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RJOIC), a carteira de títulos, que corresponde a cerca de 97% do ativo, é composta em exclusivo por unidades de participação do fundo de tipo principal (<i>master</i>) com quem o Fundo tem um contrato estabelecido nos termos do artigo 182º do RJOIC.</p> <p>A partir da data de transformação do fundo em <i>feeder</i>, a verificação da cotação e análise das demonstrações financeiras do fundo <i>master</i> constitui uma área significativa de auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com a composição e valorização do título em carteira estão incluídas no Relatório de Gestão e nas notas 3 e 4 do Anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>A resposta do auditor envolveu, essencialmente, a execução de testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias do título em carteira (<i>master</i>).</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização do título em carteira (<i>master</i>), com base: (i) nas cotações oficiais e valor do fundo <i>master</i> à data de fecho das contas e (ii) na análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de auditoria do fundo <i>master</i> e das informações de parecer e reporte efetuadas especificamente para o efeito com o auditor do fundo <i>master</i> (PwC Luxemburgo).</p> <p>Acompanhamento dos impactos e divulgações relacionadas com os acontecimentos relevantes verificados nos mercados globais.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;



- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de agosto de 2022



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER
INVESTIMENTO GLOBAL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 2022-06-30

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO						
Código		2022-06-30			2021-12-31		Código		2022-06-30		2021-12-31	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido						
	Outros Activos											
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM						61	Unidades de Participação	13 511 980		14 503 693	
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM						62	Variações Patrimoniais	12 597 727		14 291 944	
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>						64	Resultados Transitados	11 328 410		12 095 715	
							65	Resultados Distribuídos				
							67	Dividendos antecipados das SIM				
							66	Resultado Líquido do Período	(3 597 161)		(767 304)	
								<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>33 840 957</u>		<u>40 124 047</u>	
	Carteira de Títulos											
21	Obrigações						481	Provisões Acumuladas				
22	Ações							Provisões para Encargos				
23	Outros Títulos de Capital							<i>Total de Provisões Acumuladas</i>				
24	Unidades de Participação	36 949 236		(3 756 827)	33 192 409	39 019 007						
25	Direitos											
26	Outros Instrumentos da Dívida											
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>36 949 236</u>		<u>(3 756 827)</u>	<u>33 192 409</u>	<u>39 019 007</u>						
	Outros Activos											
31	Outros activos						421	Resgates a Pagar aos Participantes	(0)		(0)	
	<i>Total de Outros Activos</i>						422	Rendimentos a Pagar aos Participantes				
							423	Comissões a Pagar	18 590		23 262	
							424+...+429	Outras contas de Credores	314 316		5 160	
							43+12	Empréstimos Obtidos				
							44	Pessoal				
411+...+ 418	Terceiros					181 005	46	Accionistas				
424	Contas de Devedores							<i>Total de Valores a Pagar</i>	<u>332 906</u>		<u>28 422</u>	
	Estado e Outros Entes Públicos											
	<i>Total de Valores a Receber</i>					<u>181 005</u>						
	Disponibilidades											
11	Caixa						55	Acréscimos e diferimentos				
12	Depósitos à Ordem	982 068			982 068	953 075	56	Acréscimos de Custos	615		617	
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso						58	Receitas com Provento Diferido				
14	Certificados de Depósito						59	Outros Acréscimos e Diferimentos				
18	Outros Meios Monetários							Contas transitórias passivas				
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>982 068</u>			<u>982 068</u>	<u>953 075</u>		<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>615</u>		<u>617</u>	
	Acréscimos e diferimentos											
51	Acréscimos de Proveitos											
52	Despesas com Custo Diferido											
58	Outros acréscimos e diferimentos											
59	Contas transitórias activas											
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>											
	TOTAL DO ACTIVO	<u>37 931 304</u>		<u>(3 756 827)</u>	<u>34 174 478</u>	<u>40 153 086</u>		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>34 174 478</u>		<u>40 153 086</u>	
	Número total de Unidades de Participação em circulação				<u>2 708 952</u>	<u>2 907 775</u>		Valor Unitário da Unidade Participação	<u>12,4923</u>		<u>13,7989</u>	

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2022-06-30

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2022-06-30	2021-12-31	Código		2022-06-30	2021-12-31
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>				<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO
ABERTO - SANTANDER INVESTIMENTO GLOBAL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2022**

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 2022-06-30

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2022-06-30	2021-06-30	Código		2022-06-30	2021-06-30
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes		1 320	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		41 799
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	0	
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	52	449	822+...+824+825	Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	110 948	109 020	829	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
729	De Operações Extrapatrimoniais				De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras			832+833	Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	3 584 715	926 783	831+838	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	112 479	874 433
731+738	Outras, em Operações Correntes			839	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais				Em Operações Extrapatrimoniais		
	Impostos			851	Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			87	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	13 312	13 431		Outros Proveitos e Ganhos Correntes		
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>112 479</u>	<u>916 232</u>
	Provisões do Exercício			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
751	Provisões para Encargos				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	613	615		Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>3 709 639</u>	<u>1 051 617</u>	881	Recuperação de Incobráveis		
79	Outros Custos e Perdas das SIM			882	Ganhos Extraordinários		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
	Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
782	Perdas Extraordinárias						
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			66	Resultado Líquido do Período	<u>3 597 161</u>	<u>135 385</u>
788	Outras Custos e Perdas Eventuais				<i>TOTAL</i>	<u>3 709 639</u>	<u>1 051 617</u>
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>						
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período						
	<i>TOTAL</i>	<u>3 709 639</u>	<u>1 051 617</u>				
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	(3 472 288)	(10 999)	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]		
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais			B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	(3 583 849)	(121 954)
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	(3 597 161)	(135 385)	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	(3 597 161)	(135 385)

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER INVESTIMENTO GLOBAL REFERENTE AO
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2022	30-06-2021
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	1 926 230	14 871 839
Subscrições de unidades de participação	1 926 230	14 871 839
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	(4 612 159)	(3 275 300)
Resgates de unidades de participação	(4 612 159)	(3 275 300)
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	(2 685 929)	11 596 539
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	3 693 364	24 438 418
Venda de títulos e outros ativos da carteira		24 232 417
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		
Resgates de unidades de participação noutros OIC	3 693 364	
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos		206 001
PAGAMENTOS:	(849 295)	(40 005 670)
Compra de títulos e outros ativos da carteira		(500 785)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(847 998)	(39 500 959)
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos		(57)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões	(1 297)	(3 868)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 844 069	(15 567 251)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	0	0
Operações cambiais		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:	0	0
Operações cambiais		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros		
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	0	0
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	0	0
Juros de depósitos bancários		
Outros recebimentos correntes	0	
PAGAMENTOS:	(129 147)	(114 240)
Juros Disp./Emprst.		(1 263)
Comissão de gestão	(112 963)	(99 162)
Comissão de depósito	(1 946)	(2 871)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(13 331)	(10 775)
Outros pagamentos correntes	(907)	(169)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(129 147)	(114 240)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	0
Outros recebimentos de operações eventuais		
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	0	0
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	28 993	(4 084 952)
Disponibilidades no Início do Período:	953 075	5 523 858
Disponibilidades no Fim do Período:	982 068	1 438 906

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2022 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2021-12-31	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	2022-06-30
Valor base	14 503 693	739 800	(1 731 513)	-	-	-	13 511 980
Diferença p/Valor Base	14 291 944	1 186 430	(2 880 646)	-	-	-	12 597 727
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	12 095 715	-	-	-	(767 304)	-	11 328 410
Resultados do período	(767 304)	-	-	-	767 304	(3 597 161)	(3 597 161)
Total	40 124 047	1 926 230	(4 612 159)	-	-	(3 597 161)	33 840 957
Nº de Unidades participação	2 907 775	148 319	(347 143)	-	-	-	2 708 952
Valor Unidades participação	13,7989	12,9871	13,2861	-	-	-	12,4923

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	-
2% <= Ups < 5%	-
0.5% <= Ups < 2%	14
Ups < 0.5%	3 213
TOTAL	3 227

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

ANO	DATA	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação
2022	30/jun/22	33 840 956	12,4923	2 708 952
	31/mai/22	34 824 273	12,9610	2 686 848
	30/abr/22	34 903 764	12,9371	2 697 953
	31/mar/22	35 965 926	13,2027	2 724 133
	28/fev/22	37 276 984	13,4651	2 768 414
	31/jan/22	39 091 078	13,6352	2 866 919
2021	31/dez/21	40 124 046	13,7989	2 907 775
	30/set/21	42 704 987	13,9455	3 062 269
	30/jun/21	40 908 717	14,0055	2 920 911
	31/mar/21	37 592 563	13,9682	2 691 293
2020	31/dez/20	29 423 322	14,0587	2 092 894
	30/set/20	30 401 072	14,0708	2 160 582
	30/jun/20	32 978 453	14,0721	2 343 532
	31/mar/20	33 654 580	14,0313	2 398 540

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2022 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad. 01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados 01.03.05 - Ups e Ações de OIC que não OII (ETFs) SANTANDER GO DYNAMIC	36 949 236	-	(3 756 827)	33 192 409	-	33 192 409
	36 949 236	-	(3 756 827)	33 192 409	-	33 192 409
TOTAL	36 949 236	-	(3 756 827)	33 192 409	-	33 192 409

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2022 foi o seguinte:

Descrição	2021-12-31	Aumentos	Reduções	2022-06-30
Depósitos à ordem	953 075	5 619 594	5 590 600	982 068
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	-	-	-
TOTAL	953 075	5 619 594	5 590 600	982 068

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que

os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.

- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio

das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “*Reuters*”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 13 – Cobertura do risco de cotações

Em 30 de junho de 2022, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	-	-	-	-
Unidades Participação	33 192 409	-	-	33 192 409
Direitos	-	-	-	-

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2022:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	33 840 957	40 124 047
Carteira com derivados	33 840 957	40 124 047
	0,00%	0,00%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2022 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF
Comissão de Gestão Fixa	108 868	0,30%
Comissão de Depósito	1 877	0,01%
Taxa de Supervisão	2 751	0,01%
Custos de Auditoria	613	0,00%
Encargos outros OIC	-	-
Outros Custos Correntes	10 764	0,03%
TOTAL	124 872	

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 17 – Factos relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções levantadas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos primeiros seis meses do corrente ano, a Reserva Federal aumento a sua taxa diretora em 150 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu sinalizou a sua intenção de eliminar a taxa de depósito negativa.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se num dos semestres mais difíceis de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. Apenas os ativos de matérias-primas, ausente da maioria das políticas de investimento dos produtos geridos, permitiu aos investidores realizar ganhos até ao fim de junho de 2022.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.